

Museus e emergência climática: ações do Ecomuseu Ilha Grande para os objetivos do desenvolvimento sustentável

Museums and climate emergency: actions of Ecomuseu Ilha Grande for the sustainable development goals

Gelsom Rozentino de Almeida*
Vivianne Ribeiro Valença**

Resumo: O artigo que se apresenta tem como objetivo refletir sobre a emergência climática, os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU – Agenda 2030 a partir das ações desenvolvidas pelo Ecomuseu Ilha Grande - ECOMIG da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Este estudo buscou compreender e problematizar de que modo os Ecomuseus podem contribuir para a reflexão e preservação do meio ambiente e para a execução da Agenda 2030. Como percurso metodológico utilizamos a pesquisa exploratória, bibliográfica e análise das experiências e projetos desenvolvidos pelo ECOMIG. As discussões mostram que a questão ambiental não pode ser reduzida a uma abordagem climática ou biológica, de forma restrita, mas precisa ser analisada criticamente como processo histórico, político, econômico e social e o Ecomuseu é um importante instrumento potencializador de reflexão e práticas educacionais sobre o futuro do nosso planeta..

Palavras-chave: Museologia; Ecomuseu Ilha Grande; Emergência Climática; Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável.

Abstract: The article presented aims to reflect on the climate emergency, the UN Sustainable Development Goals – Agenda 2030 based on the actions developed by the Ecomuseu Ilha Grande - ECOMIG of the State University of Rio de Janeiro – UERJ. This study sought to understand and discuss how Ecomuseums can contribute to the reflection and preservation of the environment and to the implementation of the 2030 Agenda. The methodological path included exploratory, bibliographical research and analysis of the experiences and projects developed by ECOMIG. The discussions show that the environmental issue cannot be reduced to a climatic or biological approach, in a restricted way, but needs to be critically analyzed as a historical, political, economic and social process and the Ecomuseum is an important instrument for enhancing reflection and educational practices on the future of our planet.

Keywords: Museology; Ilha Grande Ecomuseum; climate emergency; sustainable development goals.

Introdução

As mudanças climáticas são uma realidade, cujos efeitos devastadores afetam os recursos naturais e o meio ambiente – com um impacto econômico e social impossível de ser quantificado. Seus efeitos se agravam cada vez mais, principalmente quando as medidas necessárias não são efetivamente adotadas, e

* Doutor em História pela UFF. É professor associado da UERJ, no Programa de Pós-Graduação em História Social. É Diretor do Ecomuseu Ilha Grande da UERJ. Coordena o TEMPO - Centro de Estudos sobre Território, Movimentos Sociais e Relações de Poder. Membro da Coordenação Nacional do Grupo de Trabalho de História e Marxismo da ANPUH. E-mail: rozentino@gmail.com

** Bacharel em Museologia pela UFPE, licenciatura plena em História e Especialista em História e Cultura afro-brasileira pela UNICAP; Mestre em Antropologia pela UFPE; Doutora em Museologia e Patrimônio pela UNIRIO/MAST. Servidora Pública da UERJ, na função de Coordenadora do Museu do Cárcere e museóloga do Ecomuseu Ilha Grande, Membro da diretoria (primeira secretária) do Fórum de Museus de Pernambuco. E-mail: vivianne.valenca@gmail.com

colocam em risco a vida em nosso planeta. Nesse sentido, a emergência climática impõe a necessidade de medidas estruturais preventivas para os seus efeitos e o enfrentamento efetivo de suas causas. Mas, qual a relação dos museus com isso?

A partir das propostas das Nações Unidas, do Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC e do International Council of Museums - ICOM. Os museus deveriam criar estratégias que contemplassem os Objetivos para um Desenvolvimento Sustentável ODS (Agenda 2030). Sob o impacto das mudanças climáticas, devemos entender que os ecomuseus e museus comunitários ocupam um lugar privilegiado para essas ações, por sua proximidade com a comunidade e o território.

O Ecomuseu Ilha Grande, escolhido como referência deste artigo, é um museu universitário vinculado a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Como diz o seu nome, tem como território a Ilha Grande, que está localizada no município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, entre as duas maiores metrópoles do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo, muito procurada por suas belíssimas praias. A Ilha Grande possui área total de 193Km², com exuberante fauna e flora nativas da Mata Atlântica, uma rica vida marinha e elevada diversidade geomorfológica, dentre outras características particulares. Sua história é também fortemente marcada pela presença humana, cujos primeiros registros datam de aproximadamente 3 mil anos. Desde o século XVII foram instaladas fazendas, e no século XIX um hospital de quarentena e instituições carcerárias, tornando-se uma “ilha prisão”. A comunidade tradicional da ilha, em geral, é caiçara.

Diferente de muitas outras formas de vida, especialmente quando pensamos na sociedade urbano-industrial, a cultura caiçara tem grande sintonia com a natureza, respeitando-a e protegendo-a através de um uso adequado, que atende às necessidades básicas da família e do grupo. Essa característica, proveniente dos indígenas que habitavam a região muito antes da chegada dos europeus, foi mesclada a outras trazidas pelos colonizadores portugueses e espanhóis que aos poucos foram se estabelecendo nas terras brasileiras. Desse encontro nasceu um modo de viver, pensar, fazer, trabalhar, se relacionar, se alimentar, que se mantém durante gerações, resistindo e se adaptando às mudanças impostas pelo convívio com outras formas e expressão de cultura.

As comunidades caiçaras têm um modo de vida particular que associa a pesca, a pequena agricultura, o artesanato e o extrativismo vegetal, tendo desenvolvido tecnologias patrimoniais e um conhecimento aprofundado sobre os ambientes em que vivem. Como resultado dessa relação secular com a natureza, criaram-se práticas e

saberes que refletem o conhecimento empírico sobre o que o meio tropical pode oferecer ao homem.¹

De acordo com Paulo Nogara (2011), as principais características dessa cultura são a associação entre a pesca e agricultura, a importância do cultivo da mandioca, e fabricação de farinha. Destaca ainda as relações individualizadas em um grupo maior e na família nuclear, a noção de uma autoridade formal, a pouca importância dada à religião oficial e ao casamento enquanto instituição civil e religiosa, o respeito aos mais velhos e o apego ao lugar, à praia onde cada um nasceu. Trata-se, pois, sintetiza o autor, de conjunto de valores, visões de mundo, práticas cognitivas e símbolos compartilhados que orientam os indivíduos em suas relações entre si e com a natureza e que se expressam em produtos materiais (tipo moradia, embarcação, instrumento de trabalho) e não materiais (linguagem, música, dança, rituais, mitos).²

É forte a presença dessa cultura na Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro, onde antigos moradores trazem com eles lembranças, conhecimentos, saberes, expressões, vocabulário, danças, músicas, práticas religiosas e sociais, hábitos alimentares, dentre outras que os identificam como caiçaras. Advinda dos séculos XVI e XVII, a cultura caiçara conserva traços herdados dos primeiros colonizadores, dos indígenas nativos e dos africanos trazidos ao continente americano sem, no entanto, configurar-se como sobrevivência do passado. Ao contrário, ao longo dos tempos, a capacidade de mudança tem se constituído como uma das características da população insular que convive – e adota - hábitos identificados à contemporaneidade.

No entanto, essas comunidades tradicionais encontram-se ameaçadas com a invasão turística desenfreada e a especulação imobiliária de transformar a ilha no espaço privado com inúmeros resorts. O turismo fez com que a população vivesse praticamente em função de recepcionar os visitantes, tendo que se sujeitar a trabalhar como barqueiros, guias informais ou nas pousadas e restaurantes, correndo o perigo de esquecimento da própria identidade, com a perda de costumes e tradições. Essas circunstâncias resultam no alerta para a preservação cultural, ambiental e histórica da Ilha Grande. Todos estes fatores e riquezas contribuíram para que a UNESCO, em 2019, reconhecesse a Ilha Grande como parte do primeiro sítio misto brasileiro juntamente com Paraty, a serem considerados, simultaneamente, patrimônio cultural e ambiental, um Patrimônio Mundial da Humanidade.

¹ Para maiores informações, ver: BORN, G. C. C., O. A. FÁVERO & S. PAVAN. 1994. Traditional Communities and Protected Areas: study case of the Ecological Station of Juréia-Itatins, Atlantic Rainforest, São Paulo, Brazil;

Neste cenário, o Ecomuseu Ilha Grande torna-se um instrumento potente de valorização da cultura e da biodiversidade. Um agente de transformação social, de debates, articulações, força política e de grande reflexão. O Ecomuseu Ilha Grande (ECOMIG) é uma unidade da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PR3) da UERJ, que realiza atividades de preservação, investigação e divulgação do meio ambiente, da história e da vida sociocultural da Ilha. É considerado um museu híbrido que segundo Valença (2021) é quando um museu tem características de dois modelos conceituais de museus. Neste caso, o Ecomuseu Ilha Grande é um museu universitário por estar vinculado a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e um Ecomuseu por sua denominação e proposta de estreita relação com o território, as comunidades da ilha Grande e o que as mesmas definem como seus patrimônios. O ECOMIG, é composto por quatro núcleos: Museu do Cárcere, Museu do Meio Ambiente, Parque Botânico e Centro Multimídia. Com sede em Vila Dois Rios, na Ilha Grande, município de Angra dos Reis - RJ, seu território é a própria ilha; a população local é constituída pelos moradores de Vila Dois Rios, pelas comunidades das praias da Ilha e pela comunidade acadêmica que ali desenvolve atividades de pesquisa, ensino e extensão.

A proposta deste artigo é refletir sobre a emergência climática, os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU – Agenda 2030 a partir das ações desenvolvidas pelo Ecomuseu Ilha Grande - ECOMIG da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Este estudo buscou compreender e problematizar de que modo os Ecomuseus podem contribuir para a reflexão e preservação do meio ambiente e para a execução da Agenda 2030.

1. O Ecomuseu da Ilha Grande

A missão do Ecomuseu Ilha Grande é incorporar a comunidade como sujeito do processo de desenvolvimento sustentável do território da Ilha Grande, por meio da preservação, pesquisa, valorização e difusão de sua história, memória, cultura, identidade, de seu patrimônio natural, material e imaterial, promovendo a reflexão e a ação consciente. O Ecomuseu tem desenvolvido projetos de preservação e recuperação dos patrimônios arquitetônico, histórico, natural e cultural, visando à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos da Ilha Grande, a partir da valorização da memória coletiva, considerando as dimensões ambiental, social, educativa, cultural, política e econômica. Tem buscado proporcionar o encontro, a interseção e a articulação entre os diferentes campos do saber, de forma a contribuir de maneira

efetiva para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, ambiental e social do Estado do Rio de Janeiro.

Núcleos do Ecomuseu Ilha Grande – UERJ:

- **Museu do Cárcere** – Está instalado em prédios da padaria e da guarda da antiga Colônia Agrícola do Distrito Federal (CADF) e Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM). Tem como proposta servir como importante fonte de reflexão sobre as políticas carcerárias e seus reflexos na sociedade brasileira, a partir da história das sucessivas unidades penitenciárias da Ilha Grande.

- **Museu do Meio Ambiente** – A partir de exposições e outras atividades socioeducacionais, tem por objetivo divulgar as questões relativas à biodiversidade e ao uso sustentável do meio ambiente a partir das pesquisas científicas desenvolvidas de forma integrada e individual sobre a Ilha Grande e sua Baía circundante. Está localizado no prédio da antiga fazenda Dois Rios (início do século XIX), posteriormente Colônia Correccional de Dois Rios (1894).

- **Centro Multimídia** – Tem como objetivo contribuir para a pesquisa, registro, divulgação e memória da Ilha Grande em termos de patrimônio, história e cultura, por meio de mídias digitais e acesso virtual.

- **Parque Botânico** – Situado no pátio do extinto IPCM, é a primeira coleção de plantas brasileiras organizada sob a forma de acervo ecomuseológico e apresenta como primordial missão: o inventário, a amostragem, o cultivo, a catalogação, a conservação e a exposição das plantas nativas relacionadas à história do homem na Mata Atlântica.

-

- **Figura 1 - Museu do Cárcere**



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande, 2024

Figuras 2 e 3 – Museu do Meio Ambiente



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande, 2024

Figuras 4 e 5 – Parque Botânico e Centro de Convivências



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande, 2024

Figuras 6 e 7 – Sede do Ecomuseu Ilha Grande e Centro Cultura e Liberdade Nilcéa Freire



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande, 2024

O Ecomuseu Ilha Grande desenvolve atividades de educação não formal junto à comunidade, bem como projetos de preservação, investigação e divulgação dos

conhecimentos, patrimônio material e imaterial, suporte de memória social, relacionados à História do Sistema Prisional e da biodiversidade da Região.

A partir da implosão do Instituto Penal Cândido Mendes em Vila Dois Rios, em 1994, a Ilha Grande tornou-se um dos polos turísticos mais visitados do Brasil. Contudo, a forma acelerada com que as atividades de turismo se desenvolveram e a falta de informação sistematizada, trazem alguns problemas como a circulação inadequada de visitantes pelas matas e a introdução de culturas de espécies vegetais e animais estranhas à Ilha, além da subutilização do patrimônio que a região apresenta.

Foi neste cenário que a UERJ passou a ser cessionária das antigas instalações e benfeitorias remanescentes do extinto Instituto Penal Cândido Mendes. A Universidade iniciou as atividades de pesquisa e preservação dos ecossistemas da Ilha Grande por intermédio do Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS). Desde então, o *campus* Ilha Grande tem promovido o desenvolvimento autossustentável da região, em estreita relação com atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No Termo de Cessão de Uso, datado de 18 de outubro de 1994, assinado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em benefício da UERJ, estava prevista a instalação na Vila Dois Rios de um museu que buscasse preservar e dinamizar os vários aspectos que envolvem a memória e as características do local e da Ilha Grande. Acatando os dispositivos legais, e procurando ampliá-los, a UERJ propôs a criação do Ecomuseu Ilha Grande, com um projeto iniciado em 1999 e o reconhecimento oficial em 2007. Com a instalação das primeiras exposições em 2009, a extensão ganhou grande impulso, principalmente, por proporcionar acesso e decodificação do conhecimento para um público variado dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade.

O Ecomuseu Ilha Grande, tem como território a própria Ilha, ainda que os principais núcleos do museu estejam instalados no *campus* da UERJ, em Vila Dois Rios; a população local é constituída pelos moradores das comunidades da Ilha Grande – Vila Dois Rios, Vila do Abraão, Palmas, Parnaioca, Aventureiro, Provetá, Praia Vermelha, Praia da Longa, Araçatiba, Matariz, Bananal, Sítio Forte, Japariz, Freguesia de Santana e Saco do Céu - e pela comunidade acadêmica que ali desenvolve suas pesquisas; o patrimônio global ou integral envolve os bens naturais e culturais da região. Esse conjunto museal articula-se a uma perspectiva de desenvolvimento socioambiental que tem vínculos estreitos com comunidades globais.

A articulação do Ecomuseu Ilha Grande com comunidades plurais deixa patente que não se trata de uma concepção de “museu ilhado”, ainda que fisicamente ele esteja ancorado numa ilha; ao contrário, trata-se de um museu-processo, aberto para, e conectado com o mundo extra insular. O Ecomuseu Ilha Grande tem como objetivo geral promover a sustentabilidade da região, a partir do fortalecimento da autoestima e do bem-estar da população local. As medidas implantadas voltam-se para a proteção do meio ambiente e para a preservação, investigação e divulgação dos suportes de memória social.

Considerando a função social do museu e da universidade, o Ecomuseu Ilha Grande atua como espaço que proporciona o encontro de diferentes campos do saber, promovendo o estudo de temas relevantes e estratégicos e a elucidação de problemas, de forma a contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Assim, na interação e integração de saberes, sujeitos e interesses, investe-se no poder transformador do conhecimento e das suas próprias formas de produção, possibilitando a realização de uma “ecologia de saberes”.

Os Ecomuseus requerem criar condições para que seus espaços se construam como lócus de experimentações e de práticas pedagógicas estimulantes, que promovam o desenvolvimento dos patrimônios, pessoal e social, no público que a eles acorre, em busca de conhecimentos indispensáveis a uma experiência sociocultural sempre renovada, com vistas à compreensão e interpretação do mundo vivido e da importância do saber, dos diversos e múltiplos saberes para um mundo em transformação (Reis; Pinheiro, 2009, p.38)

A educação ambiental e patrimonial no interior da instituição museológica, ao propor reflexão por meio de técnicas e práticas diferenciadas, promove uma ressignificação do conceito de meio ambiente, favorecendo a mudança de percepção em relação à questão ambiental e necessária da conservação dos recursos naturais. Neste aspecto, as coleções e exposições temáticas organizadas pelas instituições museológicas apresentam fatores transdisciplinares e sistêmicos no aprendizado sobre o meio ambiente, e contextualização dos assuntos abordados nas exposições (Guedes; Soares; Antonini, 2013), contribuindo com a educação ambiental e patrimonial em espaços alternativos de educação.

O ecomuseu torna-se instrumento de reflexão e agente de preservação ambiental por meio da gestão colaborativa, o ecomuseu busca contribuir por evidenciar a história e preservar o patrimônio ambiental ao propor ações educativas que contribuam para o debate sobre a preservação de patrimônios naturais, democratizando os saberes culturais tradicionais.

3. Ecomuseus, crise ambiental e emergência climática

A partir das propostas das Nações Unidas, da Pré COP26 e do ICOM para os museus e os Objetivos para um Desenvolvimento Sustentável sob o impacto das mudanças climáticas, devemos entender que os ecomuseus e museus comunitários ocupam um lugar privilegiado para essas ações, por sua proximidade com a comunidade.

O Ecomuseu Ilha Grande teve a honra de representar a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários – ABREMC, em evento satélite da Pré COP26 na Universidade Beccoca de Milão, Itália, em setembro de 2021. Posteriormente, essa apresentação resultou em um capítulo no livro “Ecomuseums and Climate Change” (Almeida, 2022). A ABREMC tem por missão fomentar a criação, fortalecimento, desenvolvimento, apoio e divulgação dos ecomuseus, museus comunitários e processos similares. Ela objetiva o apoio e valorização de processos, metodologias, conteúdos e redes em museologia comunitária por uma Nova Museologia no Brasil. Os ecomuseus e museus comunitários que integram a ABREMC consideram os Objetivos para um Desenvolvimento Sustentável como fundamentais em seus projetos e ações.

A questão ambiental não pode ser reduzida a uma abordagem climática ou biológica, de forma restrita, mas precisa ser analisada criticamente como processo histórico, político, econômico e social.

Inicialmente, podemos considerar a seguinte definição geral: mudanças climáticas são as variações climáticas na temperatura, precipitação e nebulosidade em escala global. Adotamos o termo e conceito “mudanças climáticas”, considerando que este é mais abrangente que qualquer outra expressão, tendo em vista o clima ou o aquecimento global. Nesta forma, o “aquecimento global” faz referência ao aumento das temperaturas e integra o conceito de mudanças climáticas - que se referem a alterações no clima em todo o planeta, incluindo as alterações de temperatura, da intensidade das chuvas e de eventos climáticos extremos, como secas, tempestades, furacões e ondas de calor.

As mudanças climáticas sempre existiram, enquanto fenômenos da natureza. Todavia, ao contrário do que acontecia no passado, hoje as mudanças climáticas resultam principalmente como consequência das atividades humanas e muitas vezes podem ser irreversíveis. Atualmente, o aquecimento global está acontecendo cada vez mais rápido, em relação ao passado.

As causas das mudanças climáticas podem ser naturais, como alterações na radiação solar e dos movimentos orbitais da Terra, atividades vulcânicas ou provocadas pelo choque com corpos celestes (grandes meteoros, por exemplo). Porém, a atividade humana é em grande parte a maior responsável pela situação atual. A atividade que mais causa danos ao planeta é a emissão de gases que agravam o efeito estufa, como o dióxido de carbono (CO₂), óxido nitroso (N₂O), cloro-fluor-carbuneto (CFC) e o metano (CH₄). Eles agem como isolantes, pois absorvem uma parte da energia irradiada e são capazes de reter o calor do Sol na atmosfera, formando uma espécie de cobertor em torno do planeta, e assim, impedindo que ele escape de volta para o espaço.

O Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC² alertou que as emissões de gases que causam o efeito estufa aumentaram a um nível sem precedentes apesar dos esforços para reduzi-las. O IPCC tem publicado sucessivos e alarmantes relatórios nos últimos anos, buscando a formulação de políticas por parte dos governos que reduzam a emissão de gases que provocam o efeito estufa entre 40% e 70% até 2050 para que se possa reduzir o aumento da temperatura média do planeta. Até o presente, poucas medidas têm sido adotadas ou surtido efeito. O Acordo de Paris (2015) recomendou limitar o aquecimento global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Hoje o aquecimento já é de 1°C. Com uma subida de 2°C, quase todos os corais deixarão de existir, mas com 1,5°C podem ser salvos entre 10 a 30%. O nível das águas subiria menos 10cm, o que colocaria menos 10 milhões de pessoas em risco. As ondas de calor marinhas seriam menos frequentes e mais curtas e os ciclones tropicais causariam menos cheias.

O Fórum Econômico Mundial recomenda desde 15 anos publicar estudos relacionados com fatos portadores de futuro, denominado de “Relatório dos Riscos Globais”, classificados em duas dimensões: a) probabilidade de ocorrência de cada risco/ameaça e, b) impacto que cada risco produz no mundo ou em determinadas regiões ou países. Alguns desses riscos são substituídos ao longo desses anos, o mesmo acontecendo tanto em relação à probabilidade de acontecerem e seus impactos, tudo na forma de um ranqueamento/classificação, em ordem de gravidade e do tamanho do impacto produzido, caso tais riscos/ameaças venham a se concretizar.

No Relatório relativo ao ano de 2020 os dez riscos com maiores probabilidade de ocorrer seriam: 1) clima extremo/mudanças climáticas; 2) fracasso das ações de

² O IPCC foi criado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pela United Nations Environment Programme (UNEP) em 1988, com o objetivo de estudar e divulgar abertamente as informações técnicas e socioeconômicas e os impactos relevantes aos riscos à humanidade.

combate as mudanças climáticas; 3) ocorrência de desastres naturais; 4) perda da biodiversidade; 5) desastres naturais provocados pela ação humana (exemplo das queimadas na Amazônia, no Pantanal, no Cerrado, demais biomas e centenas/milhares de outros locais no Brasil ou em outros países); 6) fraudes e roubos cibernéticos; 7) ataques cibernéticos; 8) crise da água; 9) falência global de governos nacionais e, 10) bolhas econômicas e financeiras. Já os impactos, desses ou de outros riscos/ameaças não mencionadas, entre os de maiores probabilidades de ocorrência, o mesmo relatório apresenta o seguinte ranqueamento:

- Fracasso das ações de combate às mudanças climáticas, ou seja, fracasso do Acordo de Paris, em que diversos países ou abandonaram o acordo, como aconteceu com os EUA ou alguns que simplesmente firmaram os compromissos e não os cumprem, como o caso do Brasil, cuja política, estratégias e ações e omissões na área ambiental tem sido motivo de críticas dentro e fora do país, prejudicando, sobremaneira, a imagem no país, principalmente no exterior.
- Os demais riscos/ameaças que causam os maiores impactos são os seguintes: ameaça de armas nucleares e de destruição em massa;
- A perda acelerada da biodiversidade mundial;
- A ocorrência de mudanças climáticas extremas;
- A crise aguda da água, que pode tanto matar milhões de pessoas quanto provocar conflitos entre nações;
- Desarticulação total de redes e da infraestrutura de informação, o que colocaria em risco iminente tanto a soberania nacional quanto a oferta de serviços públicos essenciais;
- O aumento de desastres naturais, como furacões, tornados, tsunamis, secas prolongadas, chuvas torrenciais, boa parte dos quais decorrentes da ação do ser humano que continua destruindo a natureza e degradando o meio ambiente;
- Ataques cibernéticos, comandados por países ou organizações terroristas internacionais;
- A desastres naturais provocados pela ação humana, incluindo o aumento do desmatamento, das queimadas, da poluição do solo, do ar e das águas; e, 10) doenças infectocontagiosas e pandemias.

A partir desse cenário, os museus de diferentes modelos conceituais têm apresentado preocupação e ações voltadas para o meio ambiente e, mais recentemente, para as mudanças climáticas. Muitos museus, principalmente os ecomuseus e museus comunitários por sua relação estreita com seu território, comunidade e patrimônio, fundamentam-se na proposta da educação ambiental.

A *International Union for the Conservation of Nature* - IUCN (1970) definiu Educação Ambiental como processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, voltado para o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias à compreensão e apreciação das interrelações entre o homem, sua cultura e seu entorno biofísico. Para Minimi (2000) (apud DIAS, 2004), a educação Ambiental é um processo que busca provocar uma reflexão crítica do ambiente nas pessoas, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar ações conscientes e participativas a respeito das questões relacionadas com a utilização dos recursos naturais para a melhoria da qualidade de vida, reduzindo o consumismo desenfreado. Segundo Pedrini (1997), “a Educação Ambiental é um processo individual e coletivo”, ela deve ser de forma integrada, participativa e constante, ou seja, é um processo que deve ser contínuo, sendo que a mesma deve atingir todas as idades.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA em 1996 considerou a Educação Ambiental como um processo orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais e de atividades que levem a participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental.

Os museus podem se tornar importantes ferramentas educacionais no processo de conscientização e valorização ambiental e cultural. Como instituição científica, política e cultural que potencialmente pode contribuir com metodologias de educação informal que colaborem com a aprendizagem, debates, mudança de atitude, formação de valores e uma maior sensibilidade sobre o tema.

A perspectiva da museologia social, em que os ecomuseus e museus comunitários estão inseridos, tem como marco a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, realizada em 1972.³ Esta abordagem museológica destaca o conceito de “museu

³ Realizada em 1972 no Chile pré-golpe, ainda governado por Salvador Allende, a Mesa-Redonda de Santiago tornou-se um marco para a museologia contemporânea. Ali foram reunidos nomes ligados à política e cultura de grande parte da América Latina, advindos da Costa Rica, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Panamá, Peru e Uruguai, para discutir os problemas centrais da museologia no continente, definindo diretrizes em conformidade com a situação socioeconômica de cada país, repensando o trato com o patrimônio e a relação das instituições com a comunidade ao seu entorno. Graças aos apontamentos determinados por este encontro, surgiram pela primeira vez os termos “museu integral” e “sociomuseologia”, dois conceitos-chaves para se pensar a então denominada “Nova Museologia”. Cabe frisar que o Brasil já vivia sob a Ditadura Militar (1964-1985),

integral”. Em termos gerais, segundo Scheiner (2012) o ecomuseu se fundamenta não apenas na musealização de todo o conjunto patrimonial de um dado território (espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis, formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais, advindos dessas formas de ocupação), ou na ênfase no trabalho comunitário, mas na capacidade intrínseca que possui qualquer museu (ou seja, qualquer representação do fenômeno Museu) de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória – e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais. O sentido do Museu está, portanto, no seu próprio existir e, nele, "as partes não se distinguem em relação à substância", embora sejam plenamente identificáveis em sua essência.

Como afirma Soares (2006), os primeiros estudos sobre ecomuseologia ocorreram a partir de 1936 com o trabalho apresentado por Georges-Henri Rivière. Seu conceito efetivo e o início de ações práticas ocorreram na França na década de 1970, com os trabalhos realizados por Hugues de Varine (2013). Dois principais aspectos devem ser observados em sua concepção: a preocupação ecológica e a participação da comunidade local, sendo a população onde o museu se encontra considerada fundamental para sua formulação, execução e manutenção.

A evolução da prática museológica nos leva a observar que, a partir dos anos 1960, os museus, de modo geral, começaram a incorporar as metodologias de ação participativa, adotando perspectivas da ecologia humana, da geografia humana e da história do cotidiano, num genuíno esforço de abrir-se em direção aos diferentes segmentos sociais. A experiência dos museus exploratórios veio reforçar essa tendência, incorporando as metodologias de experimentação do conhecimento em processo (Scheiner, 2012).

A Museologia Social é um movimento que engloba teoria e prática museológica que, no contexto da América Latina, busca a “renovação” dos museus e uma abordagem mais humana, consciente, engajada e aliada a sua comunidade, que reflita de forma crítica sobre esse passado colonial, e que contribua para construir cultural, política e economicamente, uma sociedade mais justa, independente e livre.

Neste sentido, para Valença (2021), o ecomuseu é uma das faces do fenômeno museu que se processa na potência das relações entre os agentes sociais e

condição que não era ignorada pelos integrantes da “Mesa” e que foi agravada com a implantação de ditaduras nos anos seguintes em Chile, Argentina e Uruguai.

A publicação da “Mesa redonda sobre el desarrollo y la importancia de los museos en el mundo moderno” está disponível em: http://www.iber museus.org/wpcontent/uploads/2014/09/Publicacion_Mesa_Redonda_VOL_I.pdf

/ou comunidades envolvidas, com seu território e patrimônio. Acontece no presente, revisita o passado e se lança para o futuro, na perpetuação da memória e do saber comunitário para as próximas gerações, tendo como eixo central a transformação social e o desenvolvimento local.

O ecomuseu é um espaço de construção da memória e de apropriação da cultura pelo sujeito coletivo de uma comunidade, por meio da socialização da informação, da prática da cidadania e da administração dos patrimônios natural e construído. Os ecomuseus procuram desenvolver suas propostas de ação por meio do “real” in loco e dos problemas, sejam eles relativos ao patrimônio cultural ou natural, ou ainda políticos, econômicos e sociais, enfrentados pela comunidade na qual se insere.

De acordo com Leff (2016, p.20), os problemas ambientais “remetem aos fundamentos ontológicos e epistemológicos da construção da ordem social do mundo em crise e da sociedade insustentável”. A sua proposta de “racionalidade ambiental” é uma contribuição importante para o debate, a partir de uma sociologia ambiental crítica, para questionar os pressupostos da razão tecnoeconômica e da capitalização da natureza, argumentando que a imaginação sociológica pode contribuir para a construção de sociedades “realmente” sustentáveis - por serem baseadas nos imaginários sociais dos povos da Terra. Como desdobramento dessa proposta surgiu a ecologia política, que tem no fenômeno do poder seu eixo teórico fundamental. Essa vertente, para Leff (2016, p.20), define seu campo de atuação no conflito social e nas estratégias de poder que permeiam o desafio de construção de diferentes alternativas de sustentabilidade. A orientação teórico-epistemológica da ecologia política se direciona aos processos e práticas sociais, políticas e culturais de reapropriação da natureza e da vida, valorizando a diversidade sociocultural e propondo um diálogo de saberes.

Para o autor, o diálogo entre o saber científico e os demais saberes amplia as possibilidades de emergência de uma racionalidade ambiental. O ponto de partida para atingi-la é a análise dos imaginários sociais dos povos da terra (seringueiros, ribeirinhos, indígenas, pequenos agricultores, pescadores, entre outros) como processos resultantes da interação (muitas vezes forçada) com a racionalidade tecnocientífica moderna. Os imaginários sociais remetem a uma estrutura geral da compreensão do mundo; são processos nos quais está inscrito o *habitus* (modos de pensar e agir) como afirma Bourdieu (1989), instituído dentro de uma ordem cultural

com condições ambientais delimitadas. Contudo, para que o diálogo seja possível, é preciso praticar uma episteme desconstrucionista da ciência à sociologia ambiental.

Desta forma, a sociologia ambiental crítica é chamada para participar da construção da racionalidade ambiental ao direcionar a reflexão sobre o “ser cultural” que habita os povos da terra, seu potencial crítico, de reconhecimento do “outro” e a pensar estratégias de diálogo nos momentos de conflito pelo território, porque em cada território se constituem as formas objetivas de vida de cada povo da terra. Como efeito, a sociologia ambiental sustenta a legitimidade de novos direitos culturais para a reapropriação da natureza.

Leff (2016, p.21) argumenta que por meio do movimento socioambiental, nascido na América Latina, os imaginários da sustentabilidade conquistam vitórias significativas no acesso ao território, como os casos dos seringueiros no Brasil, da reserva de pesca no rio Amazonas, das comunidades negras na Colômbia e do manejo florestal comunitário no México. Essas conquistas ocorrem pela atuação política de resistência e de luta pela reapropriação cultural da natureza. Trata-se de um movimento que nasce para justificar e legitimar os meios de vida e ganha fôlego no campo jurídico com a emergência de leis (décadas de 1980, 1990) que regulam os direitos dos povos e do ambiente, firmados nas novas constituições de países como Bolívia, Equador e Brasil. As ações sociais orientadas pela racionalidade ambiental abrem caminho para a sustentabilidade da vida. Contudo, não se trata de adotar modelos prontos, buscar o consenso entre os diferentes modos de vida e espalhá-lo pelo planeta; ao contrário, a sustentabilidade dos povos torna-se dependente de estratégias de sobrevivência adotadas por culturas distintas frente à constante ameaça da destruição dos seus meios de vida.

A ideia da “aposta pela vida” remete a uma nova concepção social e epistêmica resultante do conflito entre proposições - a moderna, desenvolvimentista, e a dos povos da terra - e que encontra aplicações bem-sucedidas na América Latina. A “aposta pela vida” significa desenvolver um trabalho metafísico, epistemológico e ontológico capaz de dar esperança e de encontrar alternativas para uma vida sustentável. Apesar do reconhecimento da sua contribuição, cabe questionar, nas propostas de Enrique Leff (2016, p.21) a capacidade efetiva - empírica, portanto, da ecologia política fazer valer seus postulados e redimensionar o equilíbrio perante o domínio do Capital-imperialismo. Há, ainda, duas questões que são pouco exploradas pelo autor: (1) a presença do Estado e das políticas públicas no corpo teórico da ecologia política, pensando a importância ou as limitações do poder institucional e (2)

a falta de articulação teórico-metodológica com os movimentos sociais; neste sentido, o autor não deixa claro de que forma se estabeleceria ou qual seria a colaboração recíproca entre a ação social organizada e o aparato conceitual da sociologia ambiental crítica. Mas, para além dessas ausências, as propostas demonstram a importância da contribuição teórico-epistemológica de Enrique Leff para as ciências e para demais saberes: buscar novas alternativas para antigos problemas e para os desafios contemporâneos.

4. Projetos do Ecomuseu Ilha Grande e os objetivos do desenvolvimento sustentável

A Organização das Nações Unidas (ONU) criou em 2015, a Agenda 2030 com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que devem ser implementados por todos os países do mundo até 2030. Desdobra-se em 169 metas, é um grande plano de ação, que envolve países, nações, instituições públicas e privadas, pessoas, em prol de objetivos comuns.

A Agenda 2030 é fruto de um importante trabalho colaborativo, que envolveu 70 países e contou com contribuições especializadas da sociedade civil, comunidade científica e sistema das Nações Unidas. Conta com perspectivas variadas e experiências diversas, possibilitando uma visão holística das questões que afligem o planeta e seus habitantes. Os primeiros passos para a sua criação surgiram em 1972, na 1ª Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia. Já o primeiro documento que retratou de forma mais estruturada as preocupações e estratégias para o futuro do planeta, e de certa forma popularizou o conceito “desenvolvimento sustentável” foi o “Our Common Future” (Nosso Futuro Comum). Publicado em 1987, ele também é conhecido como “Relatório Brundtland”, em referência à primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que coordenou a sua elaboração. O Rio de Janeiro também teve papel de destaque, sediando dois eventos de grande repercussão e importância para o tema. Primeiro na Rio 92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em 1992 e que resultou na Agenda 21, a primeira carta de intenções para promover um novo padrão de desenvolvimento para o Século XXI e foi nesse período de discussão que surgiu, proposta de criação do primeiro Ecomuseu do Rio de Janeiro

– a partir do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz.⁴ o Ecomuseu de Santa Cruz. E vinte anos depois, em 2012, aconteceu a Rio+20, importante marco.

Desse modo, os museus podem incorporar a Agenda 2030 em suas estratégias comunicacionais para promover novas sinergias com diferentes públicos. Para ressaltar a sustentabilidade na sociedade contemporânea, é fundamental reconhecer o papel das instituições de cultura e museus, não apenas como ambientes de preservação, mas também como atores para o diálogo e ação em prol do desenvolvimento sustentável. Isso porque, ao integrarem a Agenda 2030 em suas ações, estratégias de comunicação e projetos, os museus podem ampliar seu impacto positivo na sociedade, desenvolver parcerias com setores diversos e contribuir para a construção de um futuro mais justo, equitativo e próspero. Nesse contexto, a Resolução do ICOM “Sobre a sustentabilidade e a implantação da Agenda 2030, transformando nosso mundo” (Kyoto, 2019) propõe que todos os museus têm um papel a desempenhar na formação e criação de futuros sustentáveis, e podem fazer isso por meio de programas educacionais, exposições, divulgação e pesquisa.

Em complemento, acrescentamos à essa dinâmica que o desenvolvimento desses programas seja multidimensional e integrado às quatro dimensões da sustentabilidade: cultural, social, econômica e ambiental, de modo a contribuir para alcançar os objetivos sustentáveis. Trata-se de um debate interdisciplinar, polifônico, que permeia diversos aspectos da realidade social e econômica. Além disso, destaca-se que a relação entre sustentabilidade, museus e bem-estar é multifacetada. O tema “Museus, sustentabilidade e bem-estar” lembra-nos que os museus podem contribuir para o bem-estar das pessoas de muitas maneiras, incluindo a promoção da saúde mental, a educação e a sensibilização ambiental. Os museus podem e devem ajudar a promover ajudam a promover a inclusão social, a diversidade, a conexão com a natureza, a compreender a questão climática e amplificar a voz dos povos originários tornando-se, assim, importantes aliados na luta pela sustentabilidade a partir da sua própria concepção de “bem-viver”. Os museus contribuem ainda com a sustentabilidade ao buscar garantir que seus edifícios e processos sejam eficientes em termos de energia e recursos, e que promovam práticas de conservação e preservação dos recursos naturais e culturais. Também trazem benefícios ao bem-estar emocional ao fornecer espaços de lazer e aprendizado onde as pessoas podem se conectar com a história, a cultura e a arte.

⁴ Criado em 1983, é uma associação civil sem fins lucrativos, sem vínculos político-partidários. Com o objetivo de realizar pesquisas. Divulgar a História Local, dinamizar a cultura e desenvolver campanhas visando a preservação dos bens culturais de Santa Cruz e da Zona Oeste carioca. O NOPH é reconhecido de Utilidade Pública pelas Lei nº 590, de 15 de agosto de 1984 (Município) e Lei Estadual nº 1207, de 22 de outubro de 1987. Fonte: <https://noph-santacruzrj.blogspot.com/> (acesso em 23/06/2019).

Sem dúvida, também desempenham um papel crucial na sociedade, proporcionando uma variedade de atividades que ajudam a construir e expandir nossa identidade, aumentando o conhecimento sobre o passado e oferecendo perspectivas sobre o futuro. Ao agir como mediadora de relações, a arte conecta as pessoas consigo mesmas e com suas comunidades, criando um senso de pertencimento que é crucial para a saúde e o bem-estar. A partir desse preocupante cenário do futuro do nosso planeta, o museu deve expressar um compromisso com a tolerância, a compreensão intercultural os elementos da sustentabilidade em consonância com os 17 objetivos da ONU. Assim, a partir das oportunidades e desafios que se apresentam no contexto contemporâneo, as instituições envolvidas com as mais diversas áreas do saber se tornam essenciais para a promoção do desenvolvimento e preservação ambiental. Desta forma, tendo como pilares a sustentabilidade e a convivência, os museus também estão comprometidos com a realização desta agenda, que prevê erradicar a pobreza e a fome; proteger o planeta da degradação por meio do consumo e da produção sustentáveis; assegurar vida próspera e realização pessoal das pessoas através do progresso econômico, social e tecnológico, em harmonia com a natureza; e promover a paz. Seguem abaixo os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

- 1 – Erradicação da Pobreza,
2. Fome zero e agricultura sustentável,
3. Saúde e Bem-estar,
4. Educação de qualidade ,
5. Igualdade de Gênero,
6. Água potável e Saneamento,
7. Energia Acessível e Limpa,
8. Trabalho decente e crescimento econômico,
9. Indústria, Inovação e Infraestrutura,
10. Redução das desigualdades,
11. Cidades e comunidades sustentáveis,
12. Consumo e produção responsáveis,
13. Ação contra a mudança global do clima,

14. Vida na água ,
15. Vida terrestre,
16. Paz, justiça e instituições eficazes,
17. Parcerias e meios de implementação.

Figura 8 – Agenda 2030



Fonte: <https://gtagenda2030.org.br/ods/>

Neste cenário de preocupação ambiental e o cumprimento da Agenda 2030 o Ecomuseu Ilha Grande torna-se um poderoso instrumento de reflexão e articulação na Ilha Grande. Sua proposta é valorizar e enfatizar a relação do homem com o seu ambiente e patrimônio tangível e intangível, apresentando-se como um instrumento adequado para desenvolver programas, projetos e ações de preservação, pesquisa e comunicação com acentuado interesse social, consoante à proposta mais geral da UERJ. Alguns dos exemplos de projetos que vem sendo desenvolvidos pelo Ecomuseu a partir dos ODS são:



A partir do projeto “Ecomuseu Ilha Grande e Turismo de Base Comunitária (TBC)”, atende o Objetivo 1 – Erradicação da Pobreza, incentivando iniciativas locais a desenvolverem produtos e utilizar a matéria prima local para geração de renda e desenvolvimento local, valorizando a história e a cultura das comunidades locais. A partir deste projeto, incentivamos iniciativas locais a desenvolverem produtos e utilizar a matéria prima local para geração de renda e desenvolvimento local. Além, da valorização da história e cultura das comunidades locais. Este projeto tem como proposta desenvolver ações que fomentem e qualifiquem o turismo na comunidade da

Vila Dois Rios – Ilha Grande, integrando a comunidade e universidade a partir da sustentabilidade social, econômica e ambiental, sendo o Ecomuseu Ilha Grande uma ferramenta de transformação social, desenvolvimento local e turismo consciente.

Figuras 9 – Ecomuseu Ilha Grande e TBC



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande, 2024



O projeto “Ilha Grande e Saúde Comunitária” está ligado ao Objetivo 3 – Saúde e Bem-Estar - tem como proposta promover ações de cuidados preventivos de saúde às comunidades isoladas da Ilha grande, incentivando o desenvolvimento de hábitos saudáveis de saúde consciente e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. com ênfase nas mulheres. O projeto tem como proposta promover ações de cuidados preventivos de saúde às comunidades isoladas da Ilha grande, incentivando o desenvolvimento de hábitos saudáveis de saúde consciente e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades de caráter educacional, social e cultural. Sendo o Ecomuseu Ilha Grande um mediador, catalizador e propagador de ações que vise o bem-estar e a integração da população e do meio em que vivem. Nos baseamos, no calendário do Ministério da Saúde e as necessidades das comunidades locais, trazendo como motor a saúde da família.

Figura 10 – Ilha Grande e Saúde Comunitária



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande, 2024



Para o Objetivo 4 – “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos” – o Ecomuseu Ilha Grande tem promovido cursos, oficinas, palestras, rodas de conversa e atividades diversas para as comunidades da Ilha Grande, com informação científica de qualidade e em linguagem acessível, estimulando também que os jovens se engajem na Ciência, incentivando a qualificação e novos aprendizados de educação formal, educação ambiental e patrimonial, cursos de idiomas.

Figura 11 – Oficina do DES-SAUDE/SGP/UERJ



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande, 2024



Para o Objetivo 5 – “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” – o Ecomuseu Ilha Grande tem o Projeto “Meninas e Mulheres na Ciência” que incentiva a produção científica para as mulheres da Ilha Grande.

Figura 12- Atividades educativas nas Escolas da Ilha Grande



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande, 2024



Para o Objetivo 11 – O Ecomuseu tem o projeto “Ecomuseu Recicla” foi criado a partir das preocupações com o crescimento acelerado, desorganizado e irregular da Ilha Grande. O problema se acentua principalmente nos meses do verão, quando a população aumenta consideravelmente decorrente do fluxo intenso de turistas. Vários problemas estruturais se agravam, principalmente, o acúmulo de resíduos sólidos ou lixo, transportados e descartados no continente. Contribuindo para amenizar o problema do lixo, o projeto “Ecomuseu Recicla” tem oferecido à comunidade da Ilha Grande, em especial da Vila Dois Rios, técnicas de produção de artesanato consciente, que contribuem para a eliminação de carbono no meio ambiente, assim como fonte alternativa de renda e como meio de divulgação científica, já que o projeto está voltado para confecção de peças que apresentem, de forma lúdica, representações da cultura, flora e fauna locais. Este projeto eliminou o lixo PET em Vila Dois Rios e tem servido de modelo para outras comunidades.

O Centro Multimídia adotou também o objetivo número 11 da Agenda 2030 da ONU. Essa ação busca o desenvolvimento e promoção de cidades e comunidades sustentáveis. Na construção desse mundo melhor, desenvolvemos atividades voltadas para o reaproveitamento de materiais descartados na natureza, como o PET e o Tetra

Pak. Realiza diversas oficinas visando contribuir com a redução do impacto desses elementos na natureza e, paralelamente, atuamos junto às comunidades promovendo discussões e atividades de conscientização, especialmente com as crianças, sobre a importância de preservarmos o ecossistema e, com ele, o bem-estar das populações futuras. Ademais, estabelecemos importantes parcerias com grupos e empresas que atuam com o reaproveitamento de recicláveis, potencializando a remoção daqueles resíduos, incluindo o papel, irregularmente descartados no meio ambiente.

Figuras 13 e 14 – Ecomuseu Recicla



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande, 2024



Para o Objetivo 14 – “Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável” – realizamos os projetos: “Biodiversidade marinha da Baía da Ilha Grande”; “Biologia Marinha: uma forma de contar as histórias do mar”; “Monitomar: Monitoramento marinho da baía da Ilha Grande”.

Figura 15 – Golfinhos na Ilha Grande



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande, 2024

Figura 16 – Visita Mediada ao Parque Botânico



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande, 2024



O Parque Botânico atende o Objetivo 15 e suas metas: “Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres (...)”. As ações do Parque Botânico visam o embasamento de medidas de proteção, recuperação e promoção do uso sustentável dos recursos naturais, principalmente da flora, como forma de gerir de forma sustentável as florestas no sul fluminense, combatendo a degradação da terra e a perda da biodiversidade.



O Projeto “Museu do Cárcere: Cultura e Liberdade”, vinculado ao Objetivo 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes -, tem como proposta registrar, preservar e valorizar a memória prisional da comunidade da Vila Dois Rios. O Projeto “Museu do Cárcere: Cultura e Liberdade”, tem como proposta registrar, preservar e valorizar a memória prisional da comunidade da Vila Dois Rios, Ilha Grande – RJ, a partir da iniciativa do Ecomuseu Ilha Grande/Museu do Cárcere de elaborar o “inventário dos tesouros humano” nestes moradores que trabalharam no presídio. O inventário consiste nas entrevistas, registro fotográfico e vídeo dos ex-funcionários, presos e seus familiares que ainda permanecem residindo no local. E montamos a exposição “Dois Rios em três tempos” que retratará as histórias e memórias prisionais contadas pela comunidade a partir do olhar de três gerações. O Projeto visa também a recuperação das antigas instalações do presídio onde ficava localizada a enfermaria e ambulatório, e que inaugurou o Centro Cultura e Liberdade Nilcéa Freire” no qual são realizadas atividades socioculturais e amostra expositiva de projetos deste caráter que são desenvolvidos nos presídios brasileiros.

Uma iniciativa importante relacionado ao respeito e apoio aos direitos humanos foi o Encontro realizado no Museu do Cárcere, relacionado ao respeito e apoio os direitos humanos e combate a toda e qualquer discriminação à diversidade. Os Encontro dos Amigos de Infância de Vila Dois Rios reuniram em 2018 cerca de 50 filhos e familiares de funcionários, guardas e presos do IPCM, que conviveram juntos nas décadas de 1970 e 1980, mostrando que os muros que separavam seus pais não impediram o reconhecimento e o respeito entre seus filhos.

Promovemos discussões e reflexões sobre direitos humanos, como a exposição “Seu Júlio e Assim Sucessivamente” que retrata a história do “último preso da Ilha Grande e sua superação e mudança de vida. Além da Escadaria dos Direitos, formada por palavras/conceitos que provocam a reflexão sobre os Direitos Humanos, não somente no sistema penitenciário, mas na sociedade de forma ampla.

Figura17 – 3º. Encontro dos Amigos de Infância de Vila Dois Rios



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande, 2018



Para os Objetivos 3, 4, 6, 10, 11, 13 e 17 temos o projeto “ATHIS (Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social) Ilha Grande - Território Educativo Ilha Grande”, em parceria com a Faculdade de Engenharia da UERJ. O projeto de extensão tem enfoque em habitação e escolas, através da orientação sobre materiais e técnicas sustentáveis e econômicas para a manutenção ou recuperação das casas. Essas iniciativas buscam atender às urgentes necessidades sociais das comunidades locais, fortalecendo o compromisso com o desenvolvimento sustentável e inclusivo, um dos objetivos da extensão universitária da UERJ na Ilha Grande.

Figura 18 - Reunião sobre habitação e técnicas sustentáveis



Fonte: Acervo Ecomuseu Ilha Grande, 2024

Segundo Rangel (2010, p. 205) o museu tem um papel estratégico para o mundo contemporâneo, e funciona como produtor e difusor de conhecimento; ele é dinâmico e se adapta rapidamente à realidade em que está inserido. Museus são instituições de múltiplas faces, são espaços privilegiados de comunicação. Referir-se a relação entre museus, biodiversidade e sustentabilidade, ressalta a importância de reconhecer a relação existente entre a diversidade cultural e a biodiversidade e que a natureza não existe separada do homem; o museu, como mediador e ponto de partida da cidadania ambiental, deve considerar os saberes das comunidades tradicionais, adotar visão sistêmica de sustentabilidade que leve em consideração os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais, e ressaltar que toda ação de conservação ambiental que leve à degradação social e cultural deve ser reestruturada.

Deste modo, os museus ajudam a promover a inclusão social, a diversidade, a conexão com a natureza, a compreender a questão climática e amplificar a voz dos povos originários tornando-se, assim, importantes aliados na luta pela sustentabilidade a partir da sua própria concepção de "bem-viver".

Assim, o Ecomuseu Ilha Grande se propõe a ser interlocutor entre os diferentes atores sociais, para o desenvolvimento social, cultural e econômico de um determinado meio ambiente. O ecomuseu deve ter entre as suas realidades, uma análise da estrutura, dos problemas e das alternativas de uma dada comunidade, contemplando as necessidades dos seus habitantes, do seu território e a sua evolução para o futuro.

Considerações Finais

A conjuntura mundial relacionada as questões ambientais são preocupantes, precisamos abordar a defesa do meio ambiente como parte inseparável do processo de desenvolvimento nacional, mas, sobretudo, entender a preservação do meio ambiente como parte indissociável da dignidade humana e da vida.

Diante da gravidade da situação global são necessários mais do que nunca compromissos e ações climáticas globais efetivas que revertam os danos das mudanças climáticas. A degradação humana caminha ao lado da degradação ambiental, E ambas decorrem da exploração do capitalismo. As formas de produção e exploração do homem e dos recursos naturais pelo Capital precisam ser revistas. É possível haver desenvolvimento nos marcos do capitalismo que preserve o meio ambiente e garanta uma vida digna para todos?

O Ecomuseu Ilha Grande, bem como os demais ecomuseus e museus comunitários, tem sua missão junto as comunidades de ações locais e da articulação com outras forças que possam contribuir para uma ação transformadora ainda maior. Pode não ser o suficiente, mas não podemos desistir de fazer o melhor possível, não podemos desistir do planeta, não podemos desistir da vida.

Considerando a função social do museu e da universidade, o Ecomuseu Ilha Grande atua como um espaço que proporciona o encontro de diferentes áreas do conhecimento, promovendo o estudo de temas relevantes e estratégicos e a elucidação de problemas, de forma a contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável e integração entre universidade e comunidade, entre ocupação humana e meio ambiente. Assim, na interação e integração de saberes, sujeitos e interesses, investe-se no poder transformador do conhecimento e das suas próprias formas de produção, possibilitando a concretização de uma verdadeira “ecologia de saberes” que segundo Boaventura de Souza Santos visa promover o diálogo entre vários saberes que podem ser considerados úteis para o avanço das lutas sociais pelos que nelas intervêm.

Deste modo, o ecomuseu torna-se um campo múltiplo de pesquisa, abrangendo o território da Ilha Grande como objeto de estudo e patrimônio, com sua fauna, flora, rios, mar, processos antrópicos, histórias e memórias da população local que se apresenta como uma janela para o mundo e um portal para os diferentes tempos da ilha.

Neste sentido, articula os diferentes campos do conhecimento científico, bem como os saberes das comunidades, contribuindo com as suas experiências de estar numa área de forte presença e interface entre a história, memória, cultura e meio ambiente. Lida de forma muitas vezes indissociável com a história e memória prisional, com culturas tradicionais, como a caiçara ou indígena, com atividades extrativistas, com atividades turísticas e atividades conservacionistas do meio ambiente.

O Ecomuseu Ilha Grande se propõe a ser uma “ponte” e estabelecer uma relação entre os diferentes atores sociais, tais como universidade, prefeitura, parque estadual, setores empresariais do turismo, associações de moradores, organizações não governamentais.

Portanto, o ecomuseu não é uma instituição do passado, mas do presente, com um olhar - e uma ação – para o futuro.

Referências

- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. Ecomuseu Ilha Grande: entre ações, desafios e conflitos. In: SCHEINER, Teresa C.; GRANATO, Marcus. (Org.). *Museus e Museologia na América Latina: compartilhando ações para a pesquisa, a qualificação profissional e a valorização de estratégias inclusivas* [recurso eletrônico]. 1ed. Rio de Janeiro: UNIRIO/PPG-PMUS/MAST, 2020. p. 129-150.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; VALENÇA, Vivianne Ribeiro. Ecomuseu Ilha Grande: musealização e construção coletiva. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 59, p. 77-102, 2020.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; VALENÇA, Vivianne Ribeiro. Ecomuseo: influencias y musealización del territorio. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE MUSEOLOGÍA SOCIAL, PARTICIPATIVA Y CRÍTICA, 2020, Santiago de Chile. ACTAS DEL COLOQUIO INTERNACIONAL DE MUSEOLOGÍA SOCIAL, PARTICIPATIVA Y CRÍTICA. Santiago de Chile: Ediciones Museo de la Educación Gabriela Mistral, 2020. p. 373-381.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. Climate actions of the Ecomuseu Ilha Grande (Brazil) for the Sustainable Development Goals. In: BORRELI, Nunzia, DAVIS, Peter, DAL SANTO, Raul. *Ecomuseums and Climate Change*. Milano: Ledizioni, 2022. p.189-214.
- BORN, G. C. C., O. A. FÁVERO & S. PAVAN. *Traditional Communities and Protected Areas: study case of the Ecological Station of Juréia-Itatins, Atlantic Rainforest, São Paulo, Brazil*, 1994.
- BOUDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CARDOSO, Neuseli; MACIEL, Alba Costa; SOUZA, Hilda Maria de. *Onde deixei meu coração: a história dos últimos caiçaras da Ilha Grande*. Angra dos Reis/Ilha Grande: Eco Editora Ilha Grande, 2011.
- DAVIS, Peter. *Ecomuseums: a sense of place*. London/New York: Leicester University Press/Continuum, 1999.
- DIEGUES, A.C. 1988. *Diversidade Biológica e Culturas Tradicionais Litorâneas: O Caso das Comunidades Caiçaras*. São Paulo: NUPAUB-USP; MUSSOLINI, G. 1980. *Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo - teoria e história*. 1. ed. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 2010.

FLORIANI, Dimas. Complexidade e epistemologia ambiental em processos socioculturais globais e locais. *Interthesis*, v.7, n.2, p.45-64. 2010.

LEFF, Enrique. *A aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul*. Petrópolis: Vozes. 2016.

José do Nascimento Junior, Alan Trampe, Paula Assunção dos Santos (Organización). Mesa redonda sobre el desarrollo y la importancia de los museos en el mundo moderno. Brasília: IBRAM/IBERMUSEUS, 2012.

RIVIÈRE, Georges Henri. *Definición evolutiva del ecomuseo*. Museum. Imágenes del ecomuseo. Paris, UNESCO, v. XXXVII, n. 148, 1985.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade (ensaios)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982;

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *Os Porões da República*. A barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Myriam Sepulveda dos: Os conflitos entre natureza e cultura na implementação do Ecomuseu Ilha Grande. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12 (suplemento), p. 381-400, 2005.

SCHEINER, Tereza. Repensando o museu integral: do conceito às práticas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, 2012.

SCHÄRER, Martin. (Org). *Museum and community*. ICOFOM Study Series, v. 25, 1995.

VALENÇA, Vivianne Ribeiro. *Ecomuseu Ilha Grande: (re)pensando conceitos, práticas e dinâmicas de um território musealizado*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Orientação de Teresa Scheiner. Rio de Janeiro: PPG-PMUS/UNIRIO, 2021.

VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. – Porto Alegre: Medianiz, 2013.

Data de recebimento: 01.08.2024

Data de aceite: 01.10.2024